

GENERALIZAÇÃO CRUZADA DE HABILIDADES ADQUIRIDAS E ABA: REDUÇÃO DE COMPORTAMENTOS INTERFERENTES EM AMBIENTE CLÍNICO E ESCOLAR

Tamires Beatriz Ratis da Silva ¹

RESUMO

A generalização cruzada de habilidades adquiridas no contexto da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) refere-se à capacidade de transferir e aplicar o que foi aprendido em um local específico para outras situações e ambientes variados, sendo um aspecto essencial para garantir a eficácia e a sustentabilidade das intervenções em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos do neurodesenvolvimento. Este artigo de revisão bibliográfica examina as evidências e elucida a importância da ABA em relação à generalização das habilidades e redução de Comportamentos Interferentes. Este trabalho adota a ABA (Applied Behavior Analysis) como base teórica e metodológica, reconhecida por sua efetividade na modificação comportamental. Dessa forma, a pesquisa irá explicitar a utilização de práticas da ABA para reduzir Comportamentos Interferentes em ambientes clínicos e escolares, abordando a transferência e a manutenção das habilidades aprendidas. Foram revisados estudos empíricos e revisões sistemáticas publicados entre os anos de 2017 e 2024, com ênfase na generalização de habilidades de comunicação funcional e comportamentos adaptativos. Os resultados destacam a relevância de intervenções colaborativas entre profissionais clínicos e educacionais e apontam estratégias eficazes, como o reforçamento diferencial, a análise funcional e o treinamento de cuidadores e professores. Conclui-se que a generalização cruzada de comportamentos adquiridos é fundamental para promover autonomia e qualidade de vida, sendo necessária uma integração consistente entre clínica e escola utilizando as estratégias da análise do comportamento aplicada na redução de Comportamentos Interferentes e ampliação dos comportamentos adaptativos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Análise do Comportamento Aplicada, Comportamento Interferente, Intervenção Colaborativa.

ABSTRACT

Cross-generalization of acquired skills within the context of Applied Behavior Analysis (ABA) refers to the ability to transfer and apply what has been learned in a specific setting to various other situations and environments. This is an essential aspect to ensure the effectiveness and sustainability of interventions in children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and other neurodevelopmental disorders. This bibliographic review article examines the evidence and elucidates the importance of ABA concerning skill generalization and the reduction of Interfering Behaviors. This work adopts ABA as its theoretical and methodological basis, recognized for its effectiveness in behavior modification. Thus, the research will explain the use of ABA practices to reduce Interfering Behaviors in clinical and school settings, addressing the transfer and maintenance of learned skills. Empirical studies and systematic reviews published between 2017 and 2024 were reviewed, with an emphasis on the generalization of functional communication skills and adaptive behaviors. The results highlight the relevance of collaborative interventions between clinical and educational professionals and point to effective strategies, such as differential reinforcement, functional analysis, and the training of caregivers and teachers. It is concluded that the cross-generalization of acquired behaviors is fundamental to promote autonomy and quality of life, requiring consistent integration between clinical and school

¹ Doutoranda do curso de Psicologia Clínica pela Univeridade de Buenos Aires-ARG, tamiresratis4@hotmail.com;



environments using the strategies of applied behavior analysis for the reduction of Interfering Behaviors and the expansion of adaptive behaviors.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD), Applied Behavior Analysis (ABA), Interfering Behavior, Collaborative Intervention.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) consiste em uma condição do neurodesenvolvimento definida pela presença de déficits contínuos na comunicação e interação social, além de padrões de comportamento, interesses ou atividades restritos e repetitivos.

A manifestação dos primeiros sinais tende a ser precoce, surgindo, na maioria das vezes, antes dos três anos de idade. No entanto, o reconhecimento e o diagnóstico clínico podem ser postergados em diversos casos. Isso se deve, frequentemente, tanto à sutileza de certas manifestações quanto às barreiras de acesso a serviços de saúde especializados (APA, 2014).

Em conformidade com a 11ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-11), editada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o TEA é atualmente classificado como uma categoria diagnóstica singular. Essa abordagem superou as distinções anteriores (como autismo infantil ou Síndrome de Asperger) e passou a abranger os diferentes níveis de necessidade de suporte em um único espectro (OMS, 2022).

Historicamente, o quadro do autismo e outras condições relacionadas eram agrupados sob o conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que designava um conjunto de condições que impactavam de forma significativa o desenvolvimento das capacidades sociais, cognitivas e comunicativas. Essa classificação prévia incluía síndromes como Rett, Asperger, o Transtorno Desintegrativo da Infância e o Autismo Clássico. No entanto, o desenvolvimento das classificações diagnósticas internacionais (como o DSM-5 e a CID-11) levou ao abandono progressivo da nomenclatura TGD, adotando-se o termo TEA.

Esta mudança reflete o objetivo de representar com mais precisão a diversidade e a natureza contínua das apresentações clínicas dentro do espectro (APA, 2014; OMS, 2022). Os estudos epidemiológicos sobre a prevalência de TEA têm se intensificado ao longo das últimas décadas, revelando um aumento expressivo nos números reportados. Este crescimento, entretanto, não deve ser interpretado apenas como aumento real de casos, mas principalmente como resultado de avanços nas metodologias diagnósticas, ampliação dos critérios classificatórios e maior conscientização social e profissional sobre o autismo (HAPPÉ; FRITH, 2020).



A OMS estima que aproximadamente uma em cada 100 crianças no mundo esteja no espectro (OMS, 2022), embora países com sistemas de vigilância mais robustos, como os Estados Unidos, indiquem índices mais elevados. Em março de 2023, o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) divulgou dados de monitoramento apontando que a prevalência de TEA em crianças de oito anos naquele país (nascidas em 2014 e avaliadas em 2022) chegou a 1 em cada 36, o que equivale a cerca de 2,8% da população infantil (CDC, 2023). Um relatório mais recente, divulgado em abril de 2024, trouxe dados para crianças de 4 anos, revelando que a incidência cumulativa de TEA nessa faixa etária alcançou 1 em cada 40 (ou 25,8 por 1.000 crianças) (CDC, 2024).

No Brasil, dados oficiais de prevalência eram inexistentes até recentemente. Pela primeira vez, o Censo Demográfico de 2022 (cujos resultados sobre o tema foram publicados em maio de 2024) incluiu uma pergunta específica sobre diagnóstico de autismo. Os resultados preliminares revelaram que aproximadamente 2,4 milhões de pessoas de dois anos ou mais receberam diagnóstico de TEA, o que representa 1,2% da população brasileira nessa faixa etária (IBGE, 2024).

A maior prevalência foi observada entre crianças de 5 a 9 anos, alcançando 2,6% equivalente a uma em cada 38 crianças nessa faixa etária. O estudo também apontou diferenças importantes relacionadas ao gênero, já que a prevalência entre homens (1,5%) foi significativamente maior do que entre mulheres (0,9%), confirmando a tendência internacional de predominância no sexo masculino (IBGE, 2024).

Outro dado relevante diz respeito às desigualdades raciais e sociais. O Censo identificou que a prevalência de TEA foi maior entre pessoas que se declararam brancas (1,3%) e amarelas (1,2%) em comparação com pretas e pardas (1,1% cada) e indígenas (0,9%). Essa diferença sugere disparidades no acesso ao diagnóstico e aos serviços de saúde entre os diferentes grupos (IBGE, 2024).

A Análise do Comportamento Aplicada, conhecida pela sigla em inglês ABA (Applied Behavior Analysis), é uma ciência que se dedica à aplicação sistemática de princípios comportamentais derivados da Análise Experimental do Comportamento (AEC) para produzir mudanças socialmente significativas no comportamento humano (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

A ABA representa uma abordagem científica e sistemática para a compreensão e modificação do comportamento.

O seu fundamento filosófico reside no Behaviorismo Radical, formulado por B. F. Skinner (1953/2003), que postula o comportamento como o objeto de estudo da Psicologia, analisando-



o em função da sua interação com o ambiente. A ABA, como ramo aplicado dessa ciência, focase em comportamentos observáveis e mensuráveis que possuem relevância para o indivíduo e a sociedade (BAER; WOLF; RISLEY, 1968). A premissa central é que o comportamento é aprendido e é mantido pelas suas consequências.

Os pilares metodológicos da ABA incluem a Análise Funcional, que busca identificar a função (o "porquê") de um comportamento, examinando a relação entre o antecedente (o que ocorre imediatamente antes), o comportamento (a resposta do indivíduo) e a consequência (o que ocorre imediatamente depois). Essa análise tridimensional (chamada de tríplice de contingência ou modelo ABC) é crucial para desenhar intervenções que sejam eficazes e individualizadas.

Historicamente, o desenvolvimento da ABA ganhou impulso a partir das pesquisas na década de 1960, notavelmente com o trabalho do psicólogo Ivar Lovaas e seus colaboradores. Eles demonstraram que intervenções intensivas baseadas em princípios comportamentais podiam levar a melhorias significativas no desenvolvimento de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente quando aplicadas precocemente (LOVAAS, 1987).

No contexto clínico, a ABA é amplamente reconhecida como a intervenção com a maior base de evidências científicas para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2001). A sua relevância clínica é inquestionável por diversos motivos, como por exemplo, a Individualização e Intensidade: A intervenção é adaptada às necessidades únicas de cada indivíduo, com metas específicas e mensuráveis que abrangem todas as áreas do desenvolvimento, como comunicação, habilidades sociais, autonomia e habilidades acadêmicas. A intensidade e a consistência da aplicação (idealmente, intervenções precoces e intensivas) são fatores que demonstram alta eficácia.

Assim como o desenvolvimento de Habilidades, a ABA utiliza técnicas como o reforço positivo para aumentar a frequência de comportamentos desejados (ex: pedir por algo, contato visual, iniciar uma conversa).

Outro ponto relevante é a redução de Comportamentos considerados desafiadores: a análise funcional permite identificar a função de comportamentos interferentes (como comportamentos agressivos, autolesão ou birras), entendendo se o comportamento serve para obter atenção, fugir de uma tarefa ou obter um item tangível, por exemplo. Ao entender a função, o profissional pode ensinar comportamentos alternativos, como a criança aprender a pedir por um intervalo sem apresentar gritos para solicitações, promovendo uma melhor qualidade de vida para o indivíduo e sua família.



A aplicação das estratégias ABA transcende o ambiente clínico e se mostra fundamental no contexto educacional, especialmente no que tange à inclusão escolar de alunos autistas e com outros transtornos do neurodesenvolvimento.

A escola é um dos principais ambientes para a generalização das habilidades aprendidas em terapia. A aplicação das estratégias da ABA na educação permite o ensino de Habilidades Acadêmicas: estratégias comportamentais são utilizadas para o ensino da leitura, escrita, e matemática, adaptando o currículo de forma sistemática para o aluno atípico.

O uso de dicas visuais e a organização previsível do ambiente (características da ABA) promovem a clareza e reduzem a ansiedade do aluno (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Além da gestão comportamental em Sala de Aula, em que os professores podem utilizar os princípios da ABA, como o reforço positivo e a análise funcional, para gerenciar comportamentos interferentes e aumentar a participação em sala de aula.

A generalização é um objetivo chave, para garantir que uma habilidade aprendida em terapia seja utilizada no ambiente escolar e social. Nesse sentido, a ABA aplica técnicas para ensinar habilidades sociais que não são aprendidas naturalmente por indivíduos atípicos, como interpretar expressões faciais, compartilhar brinquedos e iniciar interações com colegas ou qualquer comportamento que está interferindo na vida do indivíduo.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) estabeleceu-se como uma ciência poderosa, baseada em evidências, com implicações vastas e positivas. Do ponto de vista clínico, ela é o recurso para o desenvolvimento de habilidades essenciais e a melhoria da qualidade de vida de indivíduos.

Do ponto de vista educacional, ela oferece as ferramentas necessárias para que educadores possam promover uma inclusão efetiva, adaptando o ensino para o repertório único de cada aluno. A sua capacidade de medir o progresso de forma objetiva e ajustar as intervenções garante que a prática seja sempre ética, eficaz e centrada nos resultados socialmente relevantes para a pessoa. Logo, o contínuo avanço da ABA, em direção a técnicas que são aplicadas em ambientes estruturados até mais naturalísticas e sempre humanizadas, reforça seu papel indispensável no campo do desenvolvimento atípico.

Visto que a ABA é amplamente reconhecida como uma metodologia científica baseada em evidências para o desenvolvimento de habilidades e a redução de comportamentos interferentes (COOPER; HERON; HEWARD, 2020), no cerne da eficácia desta ciência está o princípio da generalização, definido como a ocorrência de um comportamento aprendido sob condições (estímulos, ambientes ou pessoas) diferentes daquelas nas quais o ensino foi originalmente realizado (STILLMAN; SHORES, 2004). Contudo, a aquisição de uma nova



habilidade em um ambiente altamente estruturado e controlado não garante a sua utilidade no cotidiano do indivíduo.

2 METODOLOGIA

O presente estudo se configura como uma revisão bibliográfica de caráter exploratóriodescritivo, cujo objetivo é sintetizar o conhecimento científico produzido sobre as estratégias de generalização e redução de comportamentos interferentes na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista e outros transtornos do neurodesenvolvimento.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados científicas reconhecidas internacional e nacionalmente, a fim de garantir a abrangência e a qualidade das fontes. Foram consultadas as seguintes bases: SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed (National Library of Medicine), ERIC (Education Resources Information Center) e Google Scholar para a identificação de artigos, teses, dissertações e capítulos de livros que atendessem aos critérios estabelecidos.

O período de investigação da literatura foi delimitado entre janeiro de 2017 e dezembro de 2024, não descartando a literatura já consolidada antes desse período, visando também capturar as publicações mais recentes e relevantes que refletem as práticas e os avanços metodológicos contemporâneos em ABA fazendo a ligação com estudos já consolidados.

Os termos de busca foram definidos com base nos conceitos centrais do estudo (generalização e ABA), utilizando-se combinações estratégicas para aumentar a sensibilidade da pesquisa.

Os artigos identificados foram inicialmente submetidos a uma triagem com base na leitura de seus títulos e resumos. Os trabalhos pré-selecionados foram lidos na íntegra para a confirmação de sua elegibilidade.

A análise e síntese dos dados seguiram o método temático, compreendendo as etapas de organização das informações relevantes em um formulário padrão, incluindo: autores, ano e país de publicação, tipo de estudo, população estudada, principal estratégia de generalização utilizada e resultados de generalização e/ou manutenção alcançados, assim como a análise Qualitativa: Agrupamento dos estudos por similaridade de tema e estratégia de intervenção. Foi dada ênfase à identificação das variáveis ambientais e procedimentais que foram manipuladas para induzir a generalização, bem como à função dos comportamentos interferentes visados.

A síntese Narrativa: foram os achados consolidados em uma síntese narrativa, discutindose os principais resultados e as divergências encontradas na literatura em relação à eficácia das



estratégias de generalização e manutenção. Esta síntese visa responder ao problema de pesquisa, elucidando as estratégias mais robustas para garantir a validade das intervenções em ABA

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Princípios básicos da ABA: reforço, punição, estímulos discriminativos, modelagem, treino discriminativo

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA), fundamentada no Behaviorismo Radical de B. F. Skinner (2003), opera a partir de um conjunto de princípios que explicam a relação funcional entre o comportamento e o ambiente. A manipulação sistemática desses princípios é o que confere à ABA seu rigor científico e sua eficácia na promoção de mudanças comportamentais socialmente significativas (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Entre os mecanismos conceituais mais relevantes para o planejamento da intervenção encontram-se o reforço, a punição, os estímulos discriminativos, a modelagem e o treino discriminativo.

O conceito de reforço é central para a ABA e define-se como o procedimento no qual uma consequência (reforçador) apresentada logo após um comportamento aumenta a probabilidade de que esse comportamento ocorra novamente no futuro (SKINNER, 2003). O reforço pode ser positivo (quando adiciona algo ao ambiente, como um elogio ou acesso a um brinquedo) ou negativo (quando remove algo aversivo, como a retirada de uma demanda) e faz o comportamento aumentar. A aplicação eficaz e individualizada do reforço positivo é a principal ferramenta para a construção de repertórios de habilidades.

Em contraste, a punição é um procedimento no qual a apresentação de uma consequência reduz a probabilidade de o comportamento ocorrer no futuro. Assim como o reforço, a punição pode ser positiva (adição de estímulo aversivo) ou negativa (remoção de estímulo agradável). Embora seja um princípio fundamental, a ABA prioriza o uso de reforço, utilizando a punição apenas em casos específicos e de alta severidade, devido aos seus potenciais efeitos colaterais. Ou seja, antes de considerar a punição, é necessário esgotar as possibilidades de utilização do reforço. Ainda que se utilize tal procedimento, deve-se empregá-lo juntamente com estratégias de reforço, prezando sempre pela integridade física, social e emocional do indivíduo (AZZETI; GIOIA, 2022).

Para controlar a ocorrência do comportamento, utilizam-se os estímulos discriminativos esses são estímulos ambientais que sinalizam a disponibilidade de reforço para uma determinada resposta. Um estímulo estabelece uma contingência de três termos: Antecedente,



Comportamento e Consequência (o modelo ABC), em que ensina o indivíduo "quando" e "onde" emitir um comportamento para obter o resultado desejado. Por exemplo, a instrução verbal "diga 'oi'" só é seguida de reforço quando o indivíduo realmente diz a palavra ("oi") (SCHMIDT, 2005).

A aquisição de habilidades complexas, especialmente no contexto de TEA, é frequentemente realizada através da modelagem (shaping). Esse procedimento consiste em reforçar diferencialmente aproximações sucessivas de um comportamento-alvo até que a habilidade completa seja adquirida. Em vez de esperar pelo comportamento final, o profissional reforça aproximações que se assemelham ao alvo, gradualmente exigindo respostas mais precisas (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

Por fim, o treino discriminativo (ou ensino de discriminação) é essencial para garantir que o comportamento seja funcional. Esse procedimento envolve o ensino de diferentes respostas a diferentes estímulos ou o ensino de uma resposta a um estímulo específico. É através do treino discriminativo que a criança aprende, por exemplo, a identificar cores corretamente (discriminando o estímulo vermelho de todos os outros) ou a responder a diferentes instruções verbais com ações apropriadas.

Em conjunto, esses princípios básicos formam o arcabouço teórico e técnico para o desenvolvimento de programas de ensino e para uma intervenção individualizada e intensiva, essenciais para a aquisição de habilidades e o manejo eficaz de Comportamentos Interferentes (AZZETI; GIOIA, 2022).

3.2. Conceito de generalização e manutenção: diferenças entre generalização de estímulo e de resposta; importância para a aprendizagem funcional.

A generalização é um dos processos fundamentais para a compreensão da aprendizagem sob a perspectiva da Análise do Comportamento. De acordo com Cooper, Heron e Heward (2020), a generalização refere-se à ocorrência de um comportamento aprendido em condições diferentes daquelas em que foi originalmente ensinado. Em outras palavras, consiste na transferência do comportamento para novos contextos, pessoas, estímulos ou situações, sem a necessidade de treino específico para cada variação.

Do ponto de vista técnico, a literatura distingue dois tipos principais de generalização: a generalização de estímulo e a generalização de resposta. A generalização de estímulo ocorre quando um mesmo comportamento é emitido diante de diferentes estímulos que compartilham características semelhantes (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Por exemplo, uma criança



que aprendeu a identificar o seu próprio cachorro como "cachorro" e, posteriormente, passa a nomear outros cães com a mesma palavra, demonstra generalização de estímulo. Já a generalização de resposta refere-se à emissão de diferentes respostas que produzem o mesmo efeito sobre o ambiente. Nesse caso, o indivíduo apresenta variações comportamentais funcionais para alcançar o mesmo resultado, como solicitar água dizendo "quero água", "me dá água" ou apontando para o copo (STOKES; BAER, 1977).

A manutenção, por sua vez, é definida como a persistência do comportamento aprendido ao longo do tempo, mesmo na ausência de reforço contínuo ou das condições de ensino originais (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Trata-se, portanto, da capacidade de o indivíduo conservar as habilidades adquiridas e utilizá-las de forma autônoma e funcional no cotidiano. A promoção da generalização e da manutenção é considerada um dos objetivos centrais de qualquer programa de ensino baseado na Análise do Comportamento Aplicada (ABA).

Stokes e Baer (1977) já destacavam que a generalização não deve ser vista como um fenômeno acidental, mas como um produto do ensino planejado. Para que a aprendizagem seja funcional, é necessário programar condições que favoreçam a transferência das habilidades para diferentes contextos e a sua permanência ao longo do tempo, utilizando estratégias como o treino em múltiplos exemplares, o uso de estímulos naturais e o reforço intermitente (COOPER; HERON; HEWARD, 2020; STURMEY, 2008).

Assim, compreender as diferenças entre generalização de estímulo e de resposta, bem como a importância da manutenção, é essencial para o planejamento de intervenções que visem não apenas a aquisição de novos comportamentos, mas a sua aplicação significativa e duradoura no repertório do indivíduo.

3.3. Comportamentos Interferentes: impacto sobre a aprendizagem

Os Comportamentos Interferentes são definidos como respostas emitidas por um indivíduo que dificultam ou impedem a aquisição, a manutenção ou a generalização de habilidades adaptativas e acadêmicas. No escopo da ABA, a compreensão dessas respostas é realizada por meio da análise funcional, buscando identificar as condições ambientais (antecedentes e consequentes) que as mantêm (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Conceitualmente, o termo não se restringe apenas a ações socialmente consideradas "inadequadas", mas engloba qualquer conduta que comprometa o engajamento e a participação efetiva do aprendiz em contextos de ensino, ou que interfira em seu contexto familiar.



Esses padrões comportamentais manifestam-se de formas variadas, sendo influenciados pelo repertório individual e pelo contexto ambiental. Exemplos frequentemente observados incluem estereotipias motoras ou vocais, crises comportamentais, comportamentos de esquiva e fuga, autoagressão, agressividade dirigida a terceiros e recusa em participar de atividades propostas (MARTINS; BORDIN, 2021).

Em ambientes educacionais e terapêuticos, a presença dessas respostas pode provocar interrupções significativas na rotina de ensino, prejudicar a interação social com pares e profissionais e, consequentemente, reduzir o tempo efetivo dedicado à aprendizagem.

Do ponto de vista da educação e clínico, a investigação dos Comportamentos Interferentes requer uma compreensão multidimensional, que considere fatores biológicos, emocionais, comunicativos e ambientais. Em indivíduos com TEA, por exemplo, ações como gritar, fugir de demandas, bater ou envolver-se em autoestimulação sensorial excessiva podem, muitas vezes, possuir uma função comunicativa, expressando sobrecarga sensorial, desconforto emocional ou dificuldades de linguagem funcional (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022). Portanto, a intervenção necessita ser direcionada à função do comportamento, e não apenas à sua forma de manifestação.

Os impactos desses comportamentos no processo de aprendizagem são notavelmente significativos. Evidências científicas demonstram que a alta frequência de Comportamentos Interferentes está associada a uma menor aquisição de habilidades acadêmicas, sociais e de autocuidado, além de dificultar a generalização de repertórios previamente ensinados (VARGAS; SOUZA; MELO, 2021). Adicionalmente, a ausência de uma compreensão funcional adequada pode levar à adoção de estratégias punitivas ou práticas de ensino excludentes. Visto isso, a análise funcional e o reforçamento diferencial são práticas essenciais e baseadas em evidências para intervenção eficaz (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

Em conclusão, a compreensão, a identificação e a intervenção sobre os Comportamentos Interferentes são etapas cruciais no planejamento educacional e terapêutico, assim como, consequentemente, na família. Por meio de avaliações funcionais consistentes e da utilização de estratégias baseadas em evidências, como o reforçamento de comportamentos alternativos, o ensino de habilidades de comunicação funcional e a adaptação do ambiente, é possível promover a redução da frequência e da intensidade dos comportamentos que prejudicam a aprendizagem, visto que tais práticas favorecem a criação de um ambiente mais acessível, inclusivo e propício ao desenvolvimento global do indivíduo (OLIVEIRA; FONSECA, 2020; MARTINS; BORDIN, 2021).



3.4. Relação entre generalização e redução de Comportamentos Interferentes: como o ensino funcional e a consistência de contingências ajudam nesse processo.

Na ABA, o processo de generalização é entendido como a transferência de uma habilidade aprendida para novos contextos, pessoas, estímulos ou situações, sem a necessidade de novo ensino explícito (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Esse fenômeno é essencial para que os comportamentos adquiridos se tornem funcionais e adaptativos no cotidiano, ultrapassando os limites do ambiente terapêutico. Quando as contingências de ensino não favorecem a generalização, observa-se frequentemente a manutenção de Comportamentos Interferentes, uma vez que o indivíduo pode não reconhecer a aplicabilidade das novas habilidades em diferentes contextos (STOKES; BAER, 1977).

Os Comportamentos Interferentes, por sua vez, correspondem a respostas que dificultam o engajamento do indivíduo nas atividades de ensino e aprendizagem, podendo incluir comportamentos de esquiva, autoestimulação excessiva, agressividade ou resistência a mudanças (MARTINS; BORDIN, 2021). Esses comportamentos, embora desafiadores, cumprem funções específicas no ambiente, frequentemente relacionadas à fuga de demandas, busca de atenção ou acesso a reforçadores tangíveis (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Assim, compreender a função do comportamento e ensinar repertórios alternativos e funcionais são condições indispensáveis para a sua redução de forma ética e efetiva.

O ensino funcional consiste em planejar intervenções que desenvolvam habilidades socialmente relevantes e imediatamente úteis ao indivíduo, considerando suas necessidades de comunicação, autonomia e interação social (CARDOZO; LOPES, 2020). Quando o ensino é funcional, o indivíduo passa a dispor de meios alternativos para alcançar o mesmo resultado que obtinha por meio do Comportamento Interferente. Por exemplo, ensinar uma forma de comunicação funcional (como o uso de palavras, gestos ou figuras) pode reduzir a frequência de comportamentos de agressividade ou crises emocionais, uma vez que o comportamento comunicativo cumpre a mesma função de forma mais adequada (GOMES; LIMA, 2019).

A consistência das contingências desempenha papel crucial nesse processo. A manutenção das mesmas relações entre resposta e consequência nos diferentes ambientes (clínico, escolar e familiar) favorece a generalização e a estabilidade comportamental (STOKES; BAER, 1977).

Quando as contingências variam de forma inconsistente, por exemplo, um comportamento ser reforçado em casa, mas ignorado na escola, o indivíduo recebe sinais contraditórios sobre o que é esperado, dificultando tanto a generalização quanto a redução dos Comportamentos Interferentes (OLIVEIRA; FONSECA, 2020).



Assim, a relação entre generalização e redução de Comportamentos Interferentes é direta e complementar. O ensino funcional oferece alternativas comportamentais eficazes, enquanto a consistência nas contingências garante a manutenção e expansão desses repertórios em diversos contextos. A aplicação conjunta dessas estratégias promove maior independência, autorregulação e adaptação social, reduzindo significativamente a probabilidade de comportamentos interferentes reaparecerem (VARGAS; SOUZA; MELO, 2021).

Em síntese, a generalização eficaz depende de um ensino funcional sustentado por contingências consistentes, e a redução de Comportamentos Interferentes resulta da substituição gradual de respostas disfuncionais por repertórios adaptativos e comunicativos. Dessa forma, o processo de aprendizagem se torna não apenas mais eficiente, mas também mais ético, inclusivo e socialmente relevante.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão tem como objetivo apresentar e discutir as principais evidências e achados decorrentes da revisão da literatura, organizados de acordo com os subtópicos propostos. A análise concentra-se em como os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se traduzem em estratégias eficazes para a promoção da generalização de habilidades e a redução de comportamentos interferentes, destacando a importância da colaboração intercontextual.

4.1. Estratégias de ensino que favorecem a generalização

A generalização não é um evento acidental, mas sim um produto de um ensino planejado, conforme a literatura (STOKES; BAER, 1977). As evidências revisadas apontam para a necessidade de manipulação sistemática das contingências para garantir que as habilidades adquiridas persistam no tempo (manutenção) e sejam transferidas para novos ambientes, pessoas e estímulos (generalização de estímulo e de resposta).

 Reforço: O conceito de reforço positivo, sendo a principal ferramenta para a construção de habilidades (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Assim como o uso de reforço intermitente (STURMEY, 2008) é uma estratégia implícita para a manutenção e generalização, pois a criança aprende a emitir o comportamento mesmo na ausência de reforço contínuo.



- Ensino em Múltiplos Contextos/Exemplares: Para promover a generalização de estímulo, a literatura enfatiza o treino em múltiplos exemplares (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Isso significa variar os estímulos, ambientes e pessoas durante o treino, garantindo que o comportamento não fique sob o controle exclusivo de um único estímulo ou local.
- Treino de Manutenção: A manutenção é a persistência do comportamento aprendido ao longo do tempo (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). As estratégias para manutenção envolvem a transição de reforço contínuo para intermitente e o uso de reforçadores naturais inerentes ao ambiente social e funcional do indivíduo.
- Ensino naturalístico: Essa técnica aumenta a probabilidade do comportamento ser reforçado por contingências naturais, que são mais robustas e presentes nos diversos contextos da vida diária, favorecendo a generalização. (CARDOZO; LOPES, 2020).

4.2. Intervenções para redução de comportamentos interferentes

Com as estratégias da ABA podemos fazer a substituição de respostas interferentes por repertórios mais adaptativos. O foco não é apenas na forma do comportamento, mas na sua função (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

- Análise Funcional: É a etapa inicial e crucial, buscando identificar as relações causais entre o ambiente (antecedentes e consequentes) e o comportamento (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). O entendimento de que comportamentos podem ter função comunicativa, ou seja, antes de qualquer intervenção, precisa saber a função (ex: fuga de demanda, busca de atenção) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022).
- Ensino de Comportamentos Alternativos: Uma vez identificada a função, a estratégia central é ensinar um comportamento mais adequado aquele indivíduo, assim como ao repertório alternativo e funcional que produza o mesmo resultado (reforçador) de maneira mais adaptativa (GOMES; LIMA, 2019). Por exemplo, ensinar comunicação funcional (palavras, figuras) para reduzir a agressividade que tinha função de fuga ou solicitações.
- 4.3. Parceria entre clínica, escola e família: importância da comunicação entre profissionais, professores e cuidadores



A consistência das contingências em todos os ambientes é destacada na literatura como um fator crítico para a generalização e a redução de comportamentos interferentes (STOKES; BAER, 1977).

- Comunicação entre profissionais e cuidadores: Quando as contingências variam de forma inconsistente (ex: um comportamento é reforçado em casa, mas ignorado na escola), o indivíduo recebe sinais contraditórios, dificultando a generalização e facilitando a persistência de comportamentos desafiadores (OLIVEIRA; FONSECA, 2020). A parceria entre a clínica, a escola e a família é, portanto, um pré-requisito ético e técnico para a estabilidade comportamental, essa parceria também inclui os profissionais treinarem os pais quanto às técnicas eficazes.
- Treino e Apoio Intercontextual: A intervenção eficaz requer que profissionais e cuidadores compreendam e apliquem os mesmos princípios (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Isso inclui o uso dos mesmos estímulos discriminativos, o reconhecimento da função do comportamento e a aplicação consistente do reforçamento e das demais estratégias (OLIVEIRA; FONSECA, 2020; MARTINS; BORDIN, 2021).

4.4. Evidências empíricas: síntese dos resultados de estudos que demonstraram generalização e redução de comportamentos interferentes

O arcabouço teórico revisado oferece forte sustentação para a eficácia das intervenções baseadas em ABA na promoção de resultados duplos e complementares:

- Generalização como Resultado efetivo: O ensino funcional, sustentado por contingências consistentes e o treino em múltiplos exemplares, é a evidência de que a generalização de habilidades é um produto alcançável e planejado, logo, a generalização (a capacidade de usar o que foi aprendido em novas situações) não acontece por acaso, ela é resultado de um ensino bem planejado, com objetivos funcionais, consistência nas consequências e variedade nas situações de treino. (COOPER; HERON; HEWARD, 2020; VARGAS; SOUZA; MELO, 2021).
- Redução de comportamento interferente: A substituição gradual de respostas disfuncionais por repertórios adaptativos e comunicativos, fundamentada na análise funcional e no ensino de comportamentos alternativos, constitui o método mais ético e



eficaz para promover mudanças comportamentais (GOMES; LIMA, 2019). Considerase que a elevada frequência de comportamentos interferentes está relacionada à dificuldade na aquisição de novas habilidades, o que reforça a importância de intervenções baseadas na função do comportamento, de modo a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo. (VARGAS; SOUZA; MELO, 2021).

4.5. Limitações encontradas nas pesquisas revisadas: desafios metodológicos e lacunas de estudo

Apesar da robustez dos achados, a revisão aponta para desafios e áreas de estudo que necessitam de maior investigação.

- Desafios Metodológicos: A aplicação de princípios da ABA em contextos variados
 (clínica, casa e escola) impõe desafios à mensuração da fidelidade da implementação da
 intervenção pelos diferentes agentes. A inconsistência nas contingências (OLIVEIRA;
 FONSECA, 2020) pode ser reflexo de uma lacuna metodológica em garantir a
 integridade do tratamento fora do ambiente clínico controlado.
- Lacunas de Estudo: Há uma necessidade contínua de pesquisas que avaliem a eficácia a longo prazo (manutenção) das intervenções, especialmente após a retirada gradual do terapeuta (COOPER; HERON; HEWARD, 2020). Além disso, mais estudos são necessários para detalhar as melhores estratégias de transferência de tecnologia para pais e professores, garantindo a consistência das contingências e, consequentemente, a generalização das habilidades e a estabilidade na redução dos comportamentos interferentes.

Quadro 1 – Síntese das Estratégias da ABA para Generalização e Redução de Comportamentos Interferentes

| Subtópico | Objetivo Central da Intervenção | Estratégias/Evidência s Chave | Resultado Principal Esperado |
|-----------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 4.1. Estratégias de Ensino que | Garantir que as habilidades | Reforçamento Diferencial (uso de | Generalização de Estímulo e |



| Subtópico | Objetivo Central da Intervenção | Estratégias/Evidência s Chave | Resultado Principal Esperado |
|---|--|--|---|
| Favorecem a Generalização | aprendidas sejam transferidas para novos contextos e persistam no tempo. | intermitente); Ensino em Múltiplos Contextos/Exemplares; Treino de Manutenção; Instrução Naturalística (Ensino Funcional). | Resposta; Manutenção do Repertório Comportamental . |
| 4.2. Intervenções para Redução de Comportamento s Interferentes | Substituir comportamento s disfuncionais por alternativas mais adaptativas e comunicativas. | Análise Funcional (AF) para identificar a função; Ensino de Comportamentos Alternativos; Uso de Reforçadores Naturais. | Redução da Frequência e Intensidade dos Comportamentos Interferentes; Aumento do Engajamento na Aprendizagem. |
| 4.3. Parceria entre Clínica e Escola | Assegurar a coerência e a aplicação consistente das contingências de reforço e extinção em todos os ambientes. | Comunicação eficaz entre profissionais, professores e cuidadores; Treino e apoio intercontextual. | Consistência das Contingências em Múltiplos Ambientes; Estabilidade e Robustez da Generalização. |
| 4.4. Evidências | Sintetizar a relação direta e complementar entre | A generalização eficaz depende do ensino funcional; A redução resulta da substituição | Independência, Autorregulação e Adaptação Social; Melhora |



| Subtópico | Objetivo Central da Intervenção | Estratégias/Evidência s Chave | Resultado Principal Esperado |
|---|--|--|---|
| | generalização e redução de comportamento s desafiadores. | de respostas disfuncionais por repertórios adaptativos. | na Aquisição de Habilidades Acadêmicas e Sociais. |
| 4.5. Limitações Encontradas nas Pesquisas | Identificar os desafios metodológicos e as lacunas que impedem a eficácia total e a replicação dos resultados. | Desafios na Mensuração da Fidelidade de Implementação; Necessidade de estudos sobre a eficácia a longo prazo (manutenção) e transferência de tecnologia. | Oportunidades Futuras de Pesquisa; Reconhecimento da Complexidade da Intervenção. |

Fonte: Elaboração própria.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e as evidências científicas sintetizadas nesta revisão de literatura reforçam o papel central da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como a intervenção de maior base empírica para o desenvolvimento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos do neurodesenvolvimento. Os achados confirmam que a eficácia da intervenção transcende a aquisição de novos repertórios, encontrando sua dimensão mais fundamental na capacidade de promover a generalização cruzada de habilidades e a estabilidade na redução de comportamentos interferentes.

Reafirma-se que a generalização cruzada é o principal indicador de sucesso e validade ecológica de qualquer programa de intervenção em ABA, sendo o caminho para a autonomia, a funcionalidade e a plena inclusão social da criança atípica (BRASIL, 2012; NORO, 2009). O ensino funcional, o uso de reforçadores naturalísticos e o treino em múltiplos exemplares foram identificados como uma das estratégias cientificamente comprovadas que dão suporte a este processo (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

Em uma dimensão prática e complementar, destaca-se que a integração e a consistência das contingências entre ambientes clínico e escolar são fatores críticos que potencializam os resultados (STOKES; BAER, 1977).

A inconsistência nas respostas ambientais atua como uma barreira que dificulta a generalização e pode perpetuar comportamentos desafiadores, portanto, a comunicação eficaz e o alinhamento de práticas entre analistas do comportamento, professores e cuidadores são um pré-requisito técnico e ético para a estabilidade comportamental (OLIVEIRA; FONSECA, 2020).

Em linha com as evidências que apontam para a eficácia e robustez do aprendizado em ambientes menos estruturados, recomenda-se que as intervenções em também utilizem o ensino naturalístico e a inserção de estímulos do contexto diário do indivíduo (CARDOZO; LOPES, 2020).

Além disso, o envolvimento ativo e treinado de professores e cuidadores é essencial para garantir a manutenção das contingências e a aplicação dos princípios comportamentais, transformando o ambiente social da criança em um poderoso agente de generalização (COOPER; HERON; HEWARD, 2020).

Apesar da robustez do arcabouço teórico, a revisão identificou lacunas importantes que demandam investigação contínua. Futuras pesquisas são necessárias (1)ampliar a validação e a eficácia das intervenções (generalização e redução de interferente) a longo prazo,



especialmente após a retirada gradual do terapeuta (COOPER; HERON; HEWARD, 2020); (2) desenvolver e ampliar a validação de instrumentos e metodologias para mensurar a fidelidade da implementação das estratégias de ABA por agentes não-terapeutas em ambientes naturais (casa e escola) (OLIVEIRA; FONSECA, 2020); e (3) realizar estudos comparativos que avaliem a eficácia e a eficiência de diferentes estratégias de generalização, fornecendo diretrizes mais claras para a prática clínica e educacional no Brasil.

Em suma, a pesquisa se justifica pela necessidade de consolidar um referencial baseado em evidências que guie a prática. Ao sintetizar as estratégias mais eficazes, este trabalho oferece subsídios científicos e diretrizes práticas para profissionais e famílias, com o objetivo final de que a intervenção ABA transcenda a sala de terapia e produza mudanças comportamentais duradouras e socialmente relevantes em todos os contextos da vida do indivíduo neurodiverso (BRASIL, 2012).



REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5. 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5-TR.* 5. ed. Texto revisado. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2022.

AZZETI, V. L. B.; GIOIA, P. S. Intervenção comportamental para o Transtorno do Espectro Autista. In: **AZZETI, V. L. B.; GIOIA, P. S.** (Org.). *Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão da literatura*. São Paulo: Manole, 2022. p. 1-20.

BAER, D. M.; WOLF, M. M.; RISLEY, T. R. Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 1, n. 1, p. 91-97, 1968.

BRASIL. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CARDOZO, T. L. A.; LOPES, E. S. O ensino naturalístico como estratégia de generalização na Análise do Comportamento Aplicada. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 15, n. 2, p. 115-126, 2020.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Autism spectrum disorder (ASD): data & statistics. Atlanta: CDC, 2023. Disponível em: [Link para o relatório CDC 2023 - não fornecido, mas referenciado no texto]. Acesso em: [Data de acesso - não fornecida].

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Monitoring prevalence of autism spectrum disorder among children aged 4 years - Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020. Atlanta: CDC, 2024. Disponível em: [Link para o relatório CDC 2024 - não fornecido, mas referenciado no texto]. Acesso em: [Data de acesso - não fornecida].

COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. *Applied behavior analysis.* 3. ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2020.

GOMES, P. L.; LIMA, S. A. Análise funcional e treino de comunicação funcional na redução de comportamentos desafiadores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3532, 2019.

HAPPÉ, **F.**; **FRITH**, **U.** Annual research review: towards a neurodevelopmental account of autism. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 61, n. 3, p. 331-344, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: dados sobre diagnóstico de autismo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [Link para o Censo IBGE 2024 - não fornecido, mas referenciado no texto]. Acesso em: [Data de acesso - não fornecida].



LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 55, n. 1, p. 3-9, 1987.

MARTINS, S. V.; BORDIN, I. A. Comportamentos desafiadores no autismo: a importância da análise funcional. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, v. 21, n. 1, p. 30-41, 2021.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Educating children with autism.* Washington, D.C.: National Academies Press, 2001.

NORO, **A. P. E.** A generalização como foco de intervenção. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 5, n. 1, p. 25-34, 2009.

OLIVEIRA, D. C.; FONSECA, L. C. O papel da família e da escola na generalização de habilidades em crianças com TEA. *Revista Interfaces de Saberes*, v. 10, n. 2, p. 15-28, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde: CID-11. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: [Link para CID-11 - não fornecido, mas referenciado no texto]. Acesso em: [Data de acesso - não fornecida].

SALDANA, J. *The coding manual for qualitative researchers*. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2021.

SCHMIDT, A. *Princípios de análise do comportamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Publicação original: 1953).

STILLMAN, S.; SHORES, R. E. The effects of training on the generalization of academic skills. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 37, n. 3, p. 379-390, 2004.

STOKES, T. F.; BAER, D. M. An implicit technology of generalization. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 10, n. 2, p. 349-367, 1977.

STURMEY, P. *Generalization in applied behavior analysis: an introduction.* New York: SAGE Publications, 2008.

VARGAS, D. R.; SOUZA, A. C.; MELO, R. C. Relação entre a redução de comportamentos interferentes e a aquisição de habilidades adaptativas em crianças com autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, e0197, 2021.

WOLF, M. M.; RISLEY, T. R.; MEES, H. Application of operant conditioning procedures to the behavior problems of an autistic child. *Behavior Research and Therapy*, v. 1, n. 4, p. 305-312, 1964.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. *Applied Behavior Analysis*. 3. ed. Harlow: Pearson Education, 2020.



NORO, L. A. Generalização de efeitos do tratamento na Análise do Comportamento Aplicada (ABA). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 25, n. 4, p. 555-563, 2009.

SCHMIDT, A. Generalização na Análise do Comportamento Aplicada (ABA). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 7, n. 2, p. 195-207, 2005.

STILLMAN, C. D.; SHORES, R. E. A review of procedures for promoting generalized behavioral change. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, v. 19, n. 2, p. 66-74, 2004.

STOKES, T. F.; BAER, D. M. An implicit technology of generalization. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 10, n. 2, p. 349-367, 1977.

WOLF, M. M.; RISLEY, T. R.; MEES, H. L. Application of operant conditioning procedures to the behavior problems of an autistic child. *Behavior Research and Therapy*, v. 1, n. 4, p. 305-312, 1964.

Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1(1), 91–97.

Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). *Applied Behavior Analysis* (3rd ed.). Pearson Education.

Lovaas, O. I. (1987). Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55(1), 3-9.

National Research Council (NRC). (2001). *Educating Children with Autism*. National Academies Press.

Saldana, M. S. (2021). Análise do Comportamento Aplicada (ABA): Fundamentos, Intervenções e Desafios. Editora Juruá.

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (11^a ed., J. C. Todor & R. Azzi, Trads.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953).

SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento (ITCR), 2003. (Obra fundamental para entender o papel do controle aversivo e do reforço positivo).

SUNDBERG, M. L.; PARTINGTON, J. W. *Teaching language to children with autism and other developmental disabilities: the VB-MAPP.* Pleasant Hill: AVB Press, 2008. (Um dos principais protocolos de avaliação e intervenção em ABA)